

## Os diálogos amazônicos e a participação da sociedade civil na Cúpula da Amazônia

**BEATRIZ TRIANI CHEREM**

MESTRANDA EM CIÊNCIA POLÍTICA NO IESP-UERJ

PESQUISADORA DO OBSERVATÓRIO INTERDISCIPLINAR DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (OIMC)

Após 14 anos de hiato desde seu último encontro, os países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica se reuniram novamente nos dias 08 e 09 de agosto de 2023 em Belém do Pará, para estabelecer uma nova agenda comum de cooperação regional para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Dentre os objetivos da Cúpula também estavam o fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a aproximação dos países detentores de florestas tropicais nas negociações internacionais<sup>1</sup>.

A verdadeira novidade, entretanto, foi o lugar de importância dado à sociedade civil na construção da agenda a ser debatida. Os Diálogos Amazônicos, realizados na semana anterior à Cúpula, do dia 04 a 06, reuniram representantes de movimentos sociais, da academia e das agências governamentais dos países amazônicos para pensar a formulação de políticas públicas para a região. O evento organizado pela Secretaria Geral da Presidência da República contou com a realização de diversas atividades auto-organizadas pela sociedade civil ou por agências governamentais, paralelas às plenárias oficiais.

Para garantir que o maior número de pessoas fosse ouvido, cada uma dessas atividades auto-organizadas deveria produzir um relatório formal e enviá-lo para a direção do evento, informando os principais pontos e demandas apresentados em seus debates. Ao final dos Diálogos Amazônicos, todas essas informações foram condensadas em 6 documentos finais<sup>2</sup>, divididos por eixos temáticos, que foram entregues aos líderes governamentais presentes na Cúpula da Amazônia.

Cada documento apresentava as principais demandas que foram levantadas acerca de um tema, juntamente com as proposições estabelecidas. O primeiro relatório tratava sobre a participação e a proteção dos territórios, dos ativistas, da sociedade civil e dos povos das florestas e das águas no desenvolvimento sustentável da Amazônia e sobre a erradicação do trabalho escravo no território, ressaltando demandas como o fortalecimento dos programas de proteção dos defen-

1 LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula dos Países Amazônicos. Belém: 08 ago. 2023.

2 Relatórios disponíveis em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/assuntos/dialogosamazonicos/relatorios>

sores dos direitos humanos e a construção de políticas de reparação de direitos. Já o segundo, apresentava reivindicações acerca de saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional na região amazônica, ressaltando como a defesa da soberania alimentar está intrinsecamente ligada à defesa do território.

O relatório de nº 03, por sua vez, buscava pensar a Amazônia no futuro a partir da ciência, tecnologia, inovação, pesquisa acadêmica e transição energética e destacar a importância de políticas públicas como o financiamento da produção científica a partir da Amazônia e dos saberes tradicionais, o reconhecimento da natureza como sujeito de direitos e a eliminação da mineração ilegal e uso de mercúrio até 2027. Um ponto importante mencionado neste relatório foi a preocupação da sociedade civil Pan-Amazônica com as atividades petrolíferas e o reaproveitamento de suas infraestruturas.

A mudança do clima, agroecologia e as sociobioeconomias da Amazônia foram o tema principal do quarto documento, que registrava proposições como a construção de um Plano Estratégico Regional de Ação Emergencial; a adoção de medidas transnacionais para evitar o ponto de não-retorno; a implementação de um plano de mitigação no âmbito da OTCA com o objetivo de reduzir as emissões em 43% até 2030; a regulamentação dos mercados de carbono; e o cumprimento do Acordo de Escazú e do Acordo de Paris.

O quinto documento traz as principais demandas dos povos indígenas das Amazônias, dentre elas a rejeição do marco temporal; políticas públicas para retirada de madeireiros, garimpeiros e grileiros; políticas de combate à contaminação mercurial nas águas e nos peixes; fortalecimento da saúde e educação; criação de Universidades Indígenas; e políticas para juventude que respeitem e garantam a diversidade. A necessidade de um compromisso dos governos da Pan-Amazônia com o desmatamento zero até 2030 também foi apresentada como uma pauta central.

Por fim, “Amazônias Negras: Racismo Ambiental, Povos e Comunidades Tradicionais” é o tema do sexto e último relatório apresentado. Nele é proposto principalmente que as comunidades quilombolas sejam tituladas como estratégicas e protagonistas para a preservação da Amazônia e que as legislações e acordos já existentes sobre racismo ambiental sejam cumpridos.

As demandas da sociedade civil Pan-Amazônica eram extensas e a Declaração de Belém<sup>3</sup> seguiu o mesmo molde. Com 113 itens, o documento produzido pela Cúpula da Amazônia reconhece diversos pontos reivindicados nos Diálogos e os coloca como centrais para uma nova agenda comum de cooperação na Amazônia, valorizando a participação social.

A Declaração incluiu em seu escopo pontos como o fortalecimento da OTCA; a criação do Foro de Cidades Amazônicas; a criação do Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia; a cooperação na gestão dos recursos hídricos; a construção de uma posição comum dos países amazônicos dentro do regime internacional das mudanças climáticas; a proteção das florestas, das zonas costeiras, de ecossistemas vulneráveis e da biodiversidade; a cooperação policial, judicial e de inteligência; e a cooperação nos projetos de infraestrutura na Amazônia. Também foram assumidos compromissos com o fortalecimento das políticas públicas de saúde e de proteção social, com a segurança alimentar e com os direitos humanos.

Apesar disso, o documento não foi bem recebido por diversos setores da sociedade civil por não trazer muitos mecanismos práticos de implementação das decisões, sendo interpretado por muitos como mais uma lista de promessas. A grande decepção foi a ausência de um compromisso por parte dos governantes com o desmatamento zero e com a não-exploração de petróleo na Foz do Amazonas, pontos considerados mais urgentes. O cenário que se configurou foi dúbio, pois ao mesmo tempo em que preocupações da sociedade civil foram contempladas, algumas demandas relevantes não foram levadas em consideração.

A resposta de Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e da Mudança do Clima no Brasil, a essas críticas foi de que a meta conjunta de desmatamento zero não foi estabelecida devido à ausência de consenso entre os países da Cúpula, apesar de ser defendida pelo Brasil, que já possui sua meta nacional<sup>4</sup>. A CNN Brasil informa que Guiana, Suriname e Bolívia se opuseram a uma meta comum<sup>5</sup>. Por sua vez, a delegação brasileira se esquivou de apoiar a proposta de banimento da exploração de petróleo na Amazônia, pauta que foi advogada por Gustavo Petro, presidente da Colômbia.

3 [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica)

4 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/08/ninguem-pode-impor-a-sua-vontade-diz-marina-silva-sobre-falta-de-meta-de-desmatamento-zero.shtml>

5 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/declaracao-de-belem-e-divulgada-sem-meta-comum-para-desmatamento-zero/>

Além de ficar à mercê das disputas políticas nas decisões, a própria “participação” da sociedade civil pode ser questionada devido ao modelo escolhido, conforme verificamos em nossa experiência no evento. As 405 atividades auto-organizadas eram protagonizadas, em sua maioria, por alguns poucos convidados que possuíam direito à fala. Só ao final, se ainda houvesse tempo, o debate era aberto aos outros participantes. Nesse curto espaço de tempo que às vezes existia, muitos mencionaram as dificuldades geográficas e financeiras de certos grupos estarem presentes naquele espaço e, conseqüentemente, de serem ouvidos. A dinâmica da auto-organização acabou favorecendo, assim, algumas vozes da sociedade em detrimento de outras, o que poderia ser melhor equacionado, no futuro, com auxílios públicos para a participação social de setores mais vulneráveis.

Além disso, algumas perguntas ecoaram repetidamente pelo hangar onde foram realizados os Diálogos Amazônicos. Acreditamos que a mais comum delas dizia respeito ao encaminhamento do próprio evento e pode ser posta nos seguintes termos: como as diferentes vozes da sociedade civil seriam escutadas pelos presidentes e ministros através de relatórios de poucas páginas entregues um dia antes da Cúpula? Infelizmente a resposta é que muitas dessas vozes não foram apreciadas, posto que os Diálogos foram organizados às vésperas da Cúpula. Não houve tempo hábil para os próprios participantes debaterem e avaliarem a síntese feita nos relatórios pelos organizadores.

Em nossa avaliação, portanto, o protagonismo da sociedade civil nos dias anteriores à Cúpula da Amazônia representou um grande avanço em relação a períodos passados, mas não significa que essa escuta não possa ser aprimorada nos próximos anos. Para que o Brasil possa chegar à COP-30, em 2025, assumindo compromissos mais rigorosos e representando melhor os interesses de sua sociedade, complexa e integrada por cidadãos urbanos e rurais, povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, é necessário que o governo se atente às críticas feitas em 2023 e promova espaços de participação social mais bem organizados e devidamente financiados, institucionalizados e com maior regularidade ao longo do tempo.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2023.